

A GUERRA DE CANUDOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL E IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO – QUESTÕES GEOGRÁFICAS PARA REFLEXÕES CURRICULARES NA ESCOLA

Jean da Silva Santos¹
jesantos@uneb.br

Nacelice Barbosa Freitas²
nacegeografic@hotmail.com

Área temática: Educación geográfica

RESUMO

Trata-se de uma breve abordagem sobre alguns importantes conceitos correlacionados à Geografia e a Geografia Escolar são eles: currículo escolar (SACRISTÁN, 2000), território (BRITO, 2002, HAESBAERT, 2001), poder (ARENDE, 1994; WEBER, 1994) e sertão (FREITAS, 2010). Tais conceitos dialogam sobre questões concernentes às abordagens ideológicas que pairam a discussão dos movimentos sociais contestatórios no Brasil, em específico a Guerra de Canudos, e como estes são representados nos livros didáticos de História e Geografia. E ainda discorre brevemente sobre a importância da estratégia didático-pedagógica de se utilizar películas fílmicas que retratam o conflito de Canudos como recursos audiovisuais nas aulas de História e Geografia. Tanto a discussão conceitual, quanto a estratégia metodológica suscitadas a serem utilizadas nos referidos componentes curriculares, corroboram com o claro objetivo de desideologizar os discursos que narram os acontecimentos sobre o movimento de Canudos nos livros didáticos e que conseqüentemente, permeiam o imaginário social brasileiro por duas vias: a da criminalização do movimento, ou ainda sobre o caráter eminentemente religioso, cujas versões excluem o entendimento a partir da questão agrária brasileira de acesso a terra.

Palavras-chave: Guerra de Canudos, Geografia Escolar, Linguagem Cinematográfica, Livro Didático

INTRODUÇÃO

*Deus fez o mundo, e o Diabo, o arame farpado [...].
(Antônio das Mortes, em O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro [Glauber Rocha - 1969, Rio de Janeiro])*

Em muitos estudos atuais, a ideia de território vem sendo utilizada indiscriminadamente sem um aprofundamento teórico que o termo evoca. Por conta disso, este artigo recorre à ciência geográfica a fim de discuti-lo enquanto conceito capaz de operacionalizar o espaço geográfico como lugar dos acontecimentos cotidianos nas suas variadas nuances dos aspectos relacionados ao poder e aos conflitos de que dele pode emergir. Nesses termos, recorre-se ao conceito de território como constituído a partir de relações de poder, por entender que este contribui para as questões concernentes ao espaço. Este conceito pode operacionalizar uma leitura clara sobre questões específicas da realidade de eventos históricos importantes que aconteceram no Brasil e, em especial

¹ Professor Mestre da Universidade do Estado da Bahia, DEDC XI/ Serrinha – BA - Brasil e da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana – BA, Brasil, integrante do Grupo de Pesquisa Território Cultura e Movimentos Sociais (TECEMOS/ Campus XI).

² Professora Doutora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – Bahia, Brasil.

na Bahia, a exemplo da Guerra de Canudos, de forma a contribuir para a desmistificação dos fatos que estão carregados de ideologia presentes na escola e conseqüentemente nas páginas dos livros didáticos que tratam deste tema.

Busca-se entender no cenário da Guerra de Canudos como este evento se desdobrou no campo educacional de forma a encontrar no currículo, os caminhos de legitimação de ideologias que traz desdobramentos que implicam em análises que levam a distorções tanto no plano teórico quanto no que se refere a questão empírica, que leva a definição dos acontecimentos à um plano menor, de pequeno movimento/ revolta social que foi contida pela força do Estado sem maiores problemas e desdobramentos sociais, sobretudo para a população nordestina do Brasil. Este discurso demandado na questão, está presente de tal forma no cenário educacional que permite distintas compreensões dos reais fatos acontecidos na História do Brasil, os quais se percebem no contexto educacional impressos nos livros didáticos de História e de Geografia do Ensino Fundamental e Médio³, assim como também trás desdobramentos no imaginário social brasileiro. Outros elementos importantes a serem desmistificados são os sentidos de território, poder, sertão, semiárido embutidos nos discursos, sobretudo educacionais, e que contribuem para a conformação do imaginário social sobre o Nordeste do Brasil a partir do citado evento histórico.

Permite-se avaliar que há distorções de entendimento tanto no plano teórico no livro didático, quanto no que se refere à questão empírica, que leva a definição dos citados termos. No que tange a sertão e semiárido percebe-se que estes são tratados como sinônimos de espaço de pobreza e miséria e como cenário neutro de migrações populacionais, conforme as ideias de Freitas (2010) onde os conflitos se davam pelo viés de embate com a própria natureza, entre o homem sofredor e a seca. No entanto sabemos que se trata de realidades específicas que merecem um estudo mais aprofundado.

Sertão enquanto espaço e semiárido como clima sempre estiveram associados pobreza, miséria e dificuldades impostas pelos azares da Natureza. Segundo Castro (1996) *apud* (FREITAS, 2010, p.08), explica que esta visão é produzida pelas elites nordestinas, e está diretamente relacionada às estratégias formuladas para obter uma maior participação nas verbas federais. Assim, a concepção de seca vem como o resultado do imaginário social resultante da superposição dos discursos que refletem a contradição na compreensão sobre a especificidade semiárida, assim como sobre as questões sertaneja e os eventos históricos que decorreram neste espaço. Freitas (2010, p. 09) destaca ainda que a seca, por exemplo, não deve ser colocada como fator desestabilizador da economia e da vida social nordestina, porque por traz do imaginário social estão as elites locais/regionais, que se utilizam desse discurso para satisfazer seus interesses políticos. As ideias presentes neste imaginário também compõem os livros didáticos em seus textos e imagens e de certa forma contribuem para o reforço da ideologia dominante que encara a Região Nordeste como região problema do Brasil.

Assim a temática é justificada, pois há distorções nos textos dos livros didáticos que são consolidadas no contexto educacional e ampliadas para o imaginário social brasileiro sobre a compreensão do sertão baiano e do campo como espaço agrário neutro de conflitos, fortalecendo uma concepção de currículo que leva a fragilizar autoestima do nordestino no contexto nacional. Sendo assim, tal discussão necessita de ampliação e aprofundamento pelos professores das áreas das Humanidades, para que seja possível um fazer pedagógico que tenha por meta a conscientização social sobre a realidade vivida, percebida e concebida historicamente.

Assim, este artigo pretende trazer subsídios para suscitar o debate entre os interessados no tema sobre a seguinte organização: na primeira parte, é trazido uma breve descrição sobre território, poder e sertão na perspectiva de se compreender como estes conceitos são utilizados para a legitimação de discursos de grupos de poder e como eles são confundidos em suas acepções; a segunda parte, vislumbra possíveis abordagens da linguagem cinematográfica e do livro didático no

³Este artigo não se propõe a análise de livros didáticos em seus conteúdos de texto e imagem, mas de suscitar o debate acerca da temática de Canudos pela via da desmistificação de discursos curriculares sobre a História brasileira, porém, a ideia de explorar a análise dos livros didáticos de Geografia sobre o tema, fica como provocação para futuros trabalhos.

tratamento do tema Guerra de Canudos e conseqüentemente da abordagem do filme com o mesmo nome.

CURRÍCULO, TERRITÓRIO, PODER E SERTÃO: BREVE DISCUSSÃO

O objetivo deste texto é elaborar uma breve discussão sobre currículo, território e sertão, considerando que é necessário compreendermos e explicarmos a essência da realidade nordestina do Brasil de forma a abordar algumas análises produzidas pelo prisma de eventos de resistência social histórica em contexto de que as condições impostas pela natureza, a exemplo do fenômeno da estiagem prolongada das chuvas, servem como elementos para reforçar discursos ideológicos presentes em estratégias de dominação e de construção do imaginário coletivo social sobre a região nordeste do Brasil.

Neste sentido pergunta-se: o que é currículo escolar? A busca desta resposta não é simples. Deve-se refletir que a resposta não reside apenas em algumas palavras que tragam coerências ao tema. Ao tentar respondê-la seria necessário fazer um passeio no campo teórico da História da Educação, intento que não se pretende aqui de maneira ampla, uma vez que a questão de currículo é apenas uma parte dela. Entender que as dimensões teóricas pelas quais se fundaram a questão curricular é complexa e permeada de elementos contextuais de uma época que correspondem ao período em que cada teoria foi pensada, produzida e praticada.

No afã de se ter a resposta, pode-se afirmar, antes de tudo, que currículo escolar é um misto de intencionalidades que exprime a concepção de mundo de quem a sistematizou. Tais intencionalidades se configuram como pressupostos de uma sociedade que se quer manter ou modificar, perpassando, claro, pelo sujeito social que se pretende formar.

De maneira breve, pode-se afirmar que dentre as teorias do currículo, encontra-se a teoria tradicional que traz como questão fundante “o que ensinar”; a teoria crítica, que inverte o foco anterior, preocupando-se em “como fazer o currículo” e na questão do currículo oculto - que na contemporaneidade não são tão ocultos assim -, apresenta-se como ferramenta dos ideais hegemônicos passíveis de serem desmistificados. Sobre a teoria pós-crítica, esta é mais centrada no multiculturalismo, baseada numa ação pedagógica que se desvincula dos processos dicotomizantes, sobretudo instituídos na educação formal.

De certo, em seu sentido mais tradicional, o currículo é um plano de estudos, um conjunto de conteúdos mínimos a ser memorizado pelos estudantes, um produto destinado à modelagem de seres humanos às demandas da sociedade determinadas historicamente. Em sentido mais amplo, às discussões sobre currículo estão relacionadas três processos de estruturação social, do capitalismo e da formação do estado moderno, que, em muitos contextos societários representou e ainda representa em sua maioria, as ideologias dominantes e a manutenção do *status quo*. A vinculação entre estes três processos pode ser em duas vertentes, tanto pelo Estado ou pelas elites econômicas que exercem influência na tomada de decisões do Estado em detrimento da participação popular e democrático.

Os conhecimentos geográficos utilizados como estratégia de geopolítica, poder e dominação na história de muitos países, contribuiu para a conformação do sentimento do nacionalismo exacerbado e foi na escola o seu principal lócus de reprodução. Desta maneira, entende-se que a associação entre os conhecimentos Geográficos e o Estado reverbera na história por diversas facetas, Yves Laccoste, afirma em um dos seus livros que “a geografia serve, antes de mais nada para fazer a guerra” (LACOSTE, 1989) no sentido de trazer a leitura a partir do espaço a ideia do pensamento estratégico e de poder.

Segundo Almeida (1991) na atual sociedade, as potências se utilizam do conhecimento geográfico de maneira a fomentar o aparato ideológico e político nos quais podem ser citados as ideias de “centro” e “periferia”, do “ocidente” do “oriental” e, em especial no caso brasileiro, a utilização do conhecimento geográfico serviu de base para planos de desenvolvimento econômico no pós 1964, período em que se iniciou o processo de retração dos direitos sociais coletivos: a

ditadura militar. E também serviu para legitimar ações do Estado frente a comunidades inseridas no processo de resistência social em que territórios foram formados por sujeitos que resistiam aos descasos do Estado e por um viés religioso, fato e que correspondia a resposta coletiva frente ao descaso histórico, as condições sociais desassistidas no sertão nordestino, a exemplo de ações impostas por ambos agentes, Estado e comunidade, que culminaram na Guerra de Canudos, no semiárido baiano

Entende-se que um dos caminhos para a consolidação de ideias das elites dominantes é a escola, pois esta não é um campo neutro de interesses e o currículo o caminho para tal, que pode estar a serviço de uma agenda de opressão ou de libertação social.

Assim, conforme as ideias de Sacristán (2000, p. 9) o que se tem como prática escolar que podemos observar num dado momento histórico tem muito a ver com os usos, as tradições, as técnicas e as perspectivas dominantes em torno da realidade do currículo num sistema educativo determinado. As confluências entre estes dois entes, Currículo e Geografia estão intimamente ligados, sobretudo quanto,

[...] a tradição, pela história do controle sobre a educação e a cultura que nela se distribui, as decisões sobre currículo têm sido patrimônio de instâncias administrativas que monopolizaram um campo que, nesta sociedade, sob a democracia, deveria ser proposto e gerenciado de forma bem diferente da qual se tem conhecimento (SACRISTÁN, 2000, p. 9).

Pergunta-se então a luz da teoria crítica de currículo por que alguns conhecimentos fazem parte do currículo e outros não? Por que alguns conhecimentos são considerados válidos em relação a outros? Quais são os interesses e as relações de poder que fazem com que um conhecimento seja excluído em detrimento de outro? A partir destes questionamentos, fica claro que o currículo é sempre o resultado de uma seleção, uma relação de poder (SILVA, 2004), e ainda porque alguns conceitos da Geografia não são trabalhados por um viés crítico que remonte a prática da reflexão.

Sendo o conhecimento poder, entende-se que as intencionalidades permeiam as ações educacionais e conseqüentemente atendem a interesses distintos, desta maneira, as acepções conceituais alinham-se à diversos interesses para a tradução de fatos ou fenômenos sociais de forma a atender a determinados grupos. É correto afirmar que assim como o conceito de currículo, várias são as acepções de território e suas formas de leitura para uma determinada realidade. Mesmo entre tantas significações, entendemos que o conceito de território permite a instrumentalização teórica dos sujeitos para uma devida leitura da realidade concreta. Entretanto, faz-se necessário buscar o seu entendimento para a compreensão do tema em questão nas quais o foco se delinea pela forma como o discurso da seca, de Nordeste brasileiro e o evento histórico da Guerra de Canudos se delineiam na arena educacional e em especial nos livros didáticos enquanto discurso.

Em muitas definições relativas ao território é encontrado na essência o conceito de poder. Neste estudo considera-se que as relações de poder emergem do meio social para a conformação de um dado território. Esse fato é presumido a partir dos interesses de distintos agentes por alguma porção do espaço que, através de consensos, criam um território específico. Assim, “é essa a perspectiva sobre o referido conceito, mas, é, sobretudo pelo que se entende por poder, que reside toda sorte de ambiguidades” (BRITO, 2002 p.12).

Desta maneira concorda-se com as ideias de Brito (2002), em que território é

[...] uma fração desse espaço [**espaço geográfico**], na qual determinados agentes sociais se relacionam com o intuito de reproduzi-lo segundo seus próprios interesses (condição que manifesta o uso do território), mediante consensos estabelecidos tácita e/ou formalmente (BRITO, 2002, p.12, grifos do autor).

Entende-se, porém, que a taciteza, a não tradução em palavras, bem como a não coalizão de forças explícitas no interesse comum declarado e pré-planejado na coletividade para a construção de um território não definem, como via de regra, a sua inexistência. Tampouco definem interesses não

declarados sob os aspectos do planejamento estatal ou privado. Entretanto, a “condição que manifesta o território” (BRITO, 2002 p.12) surge a partir dos processos de gestão mediados pelas relações políticas entre os sujeitos sociais. Dessa maneira, o território é materializado pelo pluralismo a partir dos consensos e dos acordos entre os sujeitos, explicitados por variados interesses acerca de um objeto do desejo. Também é possível entender o território conforme as ideias de Hasbaert (2001, p. 6774), que apresenta a dimensão do simbólico e do material, quando o mesmo afirma que,

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo—especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2001, p 6774).

Ante a tais definições, pode-se afirmar que o recorte espacial discutido, que a área do Belo Monte, palco dos conflitos territorial, hoje atual Canudos – BA, era um território que pela luta e resistência foi contestado, pois o movimento da comunidade local, a partir de sua religiosidade e de ideias contrárias as do Estado, a exemplo do não pagamento de impostos, eram avessas às intencionalidades da República Brasileira de 1896.

O debate principal na discussão teórica acerca do território ocorre neste trabalho de forma breve, porem entende-se que suas acepções giram em torno do conceito crucial de poder. A definição mais comum na fundamentação de alguns autores é a perspectiva weberiana, segundo o qual “[...] o poder significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1994, p.33). Contudo, essa perspectiva não se apresenta como única para leitura da realidade. Nesse estudo, desvincula-se do poder definido por Weber (1994) devido a sua corriqueira confusão com a violência. Tratá-los como sinônimos legitima os históricos atos de violência contra a humanidade, cujo poder residiu na posição de mando, a exemplo do genocídio ocorrido em Belo Monte (Canudos – BA.) entre os anos de 1896 a 1897 promovido pelo Estado brasileiro.

Uma outra leitura de poder é possível verificar na perspectiva arendtiana. O poder existe, sendo próprio das relações sociais. Não precisa de justificação, mas sim da legitimidade dos agentes, de autorização “em nome do consenso” pois, de acordo com Arendt (1994), a noção de poder,

[...] corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (ARENDR, 1994 p.36, grifos da autora).

Um dos objetivos desse trabalho é justamente a possibilidade de inverter a ótica weberiana pela qual atualmente são vistas as relações de poder no território, ao verificar por uma outra ótica, o possível poder gestado pela poluição local do arraial de Belo Monte que instituiu na figura de Antônio conselheiro o seu representante legitimado. O pressuposto de poder balizado nas idéias de Weber reside na vontade “individual” em detrimento da vontade coletiva. Neste sentido, fica claro que se o poder não estivesse nos domínios do Estado, mas na categorização tácita do povo sertanejo de Belo Monte, em sua “territorialidade autônoma” (SOUZA, 1995), os rumos da História do Brasil não registrariam o final trágico que envolveu as mortes de homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos na Guerra, perante a violência promovida pelo Estado brasileiro no sertão baiano.

Segundo Freitas (2010), discutir o conceito de sertão não é tarefa fácil, pois o termo apresenta conceituações multireferenciadas, conquanto a origem do termo está repleta de complexidade, polêmicas e heterogeneidade nas explicações, fato que apresenta repercussões sérias do âmbito educacional.

De acordo com Neves e Miguel (2007) *apud* Freitas (2010, p. 10),

[...] Gustavo Barroso (1888-1959), apoiado no ‘Dicionário da Língua Bunda de Angola’ de Bernardo Maria de Carnecatim, publicado em Lisboa em 1804, conferiu sua origem ao vocábulo *mulceltão*, corrompido de *celtão* e depois, *certão*, cujo significado, em latim seria *locus mediterraneus*, ou lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa (Grifo do autor) (NEVES; MIGUEL, 2007 *apud* FREITAS, 2010, P. 10).

A autora afirma que este espaço é definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como subárea, árida e pobre da Região Nordeste do Brasil compreendendo uma faixa situada à oeste do agreste e zona da mata. Amado (1995) afirma que desde o século XVI o tema se faz presente nos relatos dos viajantes e cronistas que passaram pelo Brasil, indicando que é uma categoria que se encontra no pensamento social, cultural brasileiro. Este foi historicamente construído desde o início da colonização no século XVI (FREITAS, 2010).

Quando analisamos os textos dos livros didáticos observamos que, a definição de sertão e semiárido se confunde. Afirmamos, portanto que, são dois espaços que guardam especificidades, mas, na literatura são delimitados e definidos, como que tendo as mesmas características. Sendo assim, os termos explicam ao mesmo tempo áreas que são explicadas a partir do ressequido, da aridez que ao mesmo tempo corresponde seca, pobreza, miséria, desgraça, decorrentes das condições climáticas (FREITAS, 2010).

A leitura sobre o sertão no Brasil e na Região Nordeste tem como alicerce o discurso da semiaridez, como sinônimo das dificuldades e mazelas da população, então respostas às desigualdades sociais e econômicas não resultam da contradição inerente à reprodução ampliada do capital e não das condições climáticas que colocam o ser humano impotente diante da natureza definida como hostil. A singularidade do sertão não é compreendida através da relação sociedade-natureza, nesse sentido não é o trabalho que explica as obras resultantes da ação humana responsáveis pela transformação do espaço.

O imaginário social brasileiro reproduz a classificação a partir do ressequido, da visão do solo rachado, da caveira do boi, que indicam o pouso da desgraça da pobreza a ausência das atividades produtivas (MORAES, 2009; MACHADO, 1995 *apud* FREITAS, 2010, p. 13).

Para Moraes (2009, p. 88)

O sertão não se constitui, portanto como uma materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres. Ao contrário, a invisibilidade da presença humana é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços, não raros definidos como ‘vazios demográficos’ ou ‘terras desocupadas’.

Freitas (2010) destaca que o imaginário social brasileiro ao definir o sertão a partir dos interesses dominantes, especialmente das elites políticas revela que

O sertão é comumente concebido como um espaço para expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento (MORAES, 2009, p. 90).

A relação entre miséria, pobreza, fome, atraso e semiaridez fortalece os discursos que servem de base ao imaginário social brasileiro elemento fundamental para ampliação do preconceitos sobre a Região Nordeste. Nessa perspectiva, podemos afirmar que torna-se

[...] necessário desmistificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a União [...] desmistificar a ideia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam na região, como se esses elementos estivessem presentes só aí". (ANDRADE, 1985).

Na visão do autor, segundo Freitas (2010), precisamos desconstruir o discurso que coloca a miséria, a pobreza, o atraso e a fome do sertão decorrem da semiaridez. A seca, por exemplo, não deve ser colocada como fator desestabilizador da economia e da vida social nordestina, porque por traz do imaginário social estão as elites locais/regionais, que se utilizam desse discurso para satisfazer aos seus interesses políticos.

Neste sentido Freitas (2010) conclui parte de suas argumentações, afirmando que Sertão é, contudo, caracterizado no âmbito da Geografia e da História e registrado no imaginário social como culturalmente atrasado, espaço desprovido de vida, beleza, e riquezas naturais, dando a impressão que é ou um vazio de vida com a presença da secura, ou lugar que não deveria existir devido a sua hostilidade enquanto Natureza. Destaca-se que esse conjunto de ideias já eram altamente veiculadas pela mídia do período em que aconteceu o conflito de Canudos, passíveis de serem observadas nas fontes históricas de jornais da época que detinham a intencionalidade de promover a comoção nacional para o entendimento de que esse território se caracterizava como uma ameaça à soberania da recente República para que o Estado pudesse assim, assumir as suas ações de guerra assentados no apoio popular.

Freitas (2010) afirma que o valor do espaço entretanto, deriva da forma como se dá a reprodução ampliada do capital e se o sertão corresponde ao vazio demográfico seria também, vazio de capital e cabe ao educador, especialmente os professores, ou seja, aqueles responsáveis pela discussão no Ensino Fundamental e Médio, ampliar as reflexões sobre o tema, tendo em vista as distorções sobre o mesmo, tanto no que se refere à questão conceitual, quanto as que estão relacionadas à observação da realidade.

Ao analisar os fatores que são fundamentais para a construção do espaço nordestino e baiano, pode-se asseverar que o semiárido apresenta uma importante diversidade espacial, social, econômica e ambiental e também histórica, além de um vasto legado cultural, que precisa ser utilizada como riqueza, tendo como objetivo o desenvolvimento regional em suas diversas perspectivas.

E tendo-se a consciência da importância da temática para compreensão da essência da realidade torna-se necessário que os professores façam em suas aulas abordagens críticas que possibilitem a construção de caminhos sobre o conceito de território mediado pelas relações de poder a partir dos elementos históricos geográficos sociais e culturais brasileiros, levando-se em consideração a necessidade de ampliação da discussão no contexto educacional, além de também discutir o conceito de território, a partir de movimentos sociais de resistência situando esta categoria de análise no contexto histórico e geográfico do Brasil e da Bahia, observando as contradições que se repetem na utilização desta categoria de análise no contexto educacional e sua repercussão na formação do imaginário social brasileiro uma vez que a Guerra de Canudos foi um evento com impactos na escala nacional.

No que se refere aos aspectos históricos e geográficos, onde se percebe a conflitualidade presente no período analisado, é correto afirmar que a questão do acesso à terra era um dos principais, se não a maior de suas causas. A questão agrária brasileira que se observa na atualidade remonta a um passado de usurpações, conflitos e violência desde a época em que o Brasil se constituiu enquanto território, quando da repartição das terras em sesmarias por parte da coroa portuguesa. Tal fato permite-se afirmar que há um problema histórico de acesso a terra que na atualidade do Brasil ainda permanece.

Outro ponto importante é a relação que se tece das concepções de educação, de currículo tendo como foco as categorias de análise da Geografia, em especial o território enquanto

instrumento metodológico de leitura da realidade e de fatos históricos de forma crítica a partir da ótica educacional, tendo em vista destacar os elementos que diferenciam esta proposta de análise daquelas apresentadas pelo livro didático e suas múltiplas intencionalidades. Ao analisar alguns livros didáticos de História, Dias (s/d.), destacou que em alguns textos da década de 1990, Canudos é apresentado como um movimento de contestação social de caráter messiânico, assim como apresentavam seus seguidores como vítimas da miséria nordestina. Estes por não apresentar nenhuma perspectiva de vida decente, se reuniam em torno de uma liderança religiosa ou de grupos de cangaços e jagunços como uma fuga da realidade.

Dias (s/d.) ressaltou ainda que no período do conflito, o Nordeste perdeu a liderança econômica para o Sudeste e que os intelectuais influenciados pela visão elitista da classe dominante condenavam, em artigos publicados nos jornais, os seguidores de Conselheiro como fanáticos e subversivos. “Para poder contar com o apoio popular, todas as notícias transmitidas às outras cidades e regiões do país, sobre o movimento de Canudos, eram tendenciosas e de acordo com os interesses dos latifundiários” (BARROS, 2005, p. 16, apud Dias s/d). Há desta maneira, um desvio em curso do foco histórico da perspectiva que compreende a Guerra de Canudos pelo conflito pela terra entre a população pobre do espaço nordestino e os latifundiários que acionaram o Estado para fazer valer os seus interesses econômicos e hegemônicos.

No âmbito educacional cabem aos professores e professoras buscar alternativas metodológicas para o entendimento de eventos históricos dessa natureza que se desvinculem da utilização do livro didático como única fonte de consulta e que apresente possibilidades de análises sobre bases críticas e ampliadas. Assim, numa busca de práticas educacionais que possibilitam a produção da crítica e garanta os conceitos básicos da Geografia escolar, a exemplo da utilização do cinema como possibilidade didática, para a identificação das consequências de um importante processo histórico brasileiro e nordestino.

A LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: UMA LEITURA DE CANUDOS

A análise deste evento histórico vislumbra a construção de ideias autônomas e a desconstrução de equívocos atinentes à História oficial contada nos livros didáticos como utilização de estratégias intencionais sobre o tema Guerra de Canudos na construção da ideia de resistência no imaginário social coletivo brasileiro em que tal evento, por exemplo, pairam as ideias de foi um confronto do arcaico frente a modernização (conservadora) em curso no país da época, bem como do foco exagerado ao religioso-messiânico em detrimento do real sentido do contexto social agrário instalado até os dias atuais no Brasil – O problema de acesso e permanência à terra.

Quando em 28 de dezembro de 1895 no *Grand Café* em Paris, dois engenheiros franceses se reuniram para dar origem ao processo cinematográfico⁴ com a sua primeira projeção pública, os irmãos Auguste e Louis Limière provocaram uma possível revolução cultural para a humanidade. Este fato impulsionou o cenário cinematográfico no mundo, e possibilitou a construção de uma nova metodologia de registro do cotidiano ou da imaginação.

O Cinema, imaginado antes de tudo como um instrumento de diversão, mostrou-se constituir-se também como um documento histórico, seja ele inspirado ou testemunha de um determinado evento ‘histórico’. Os filmes históricos muitas vezes são influenciados ou contaminados por ideologias, impregnando-se de determinadas mensagens políticas, como toda produção cultural, e o espectador têm que estar atento a essas “contaminações” (BARCALA, 2012, p. 1-2)

⁴ Destaca-se que no fim do século XIX, outros inventores geniais haviam descoberto um processo capaz de projetar imagens ou fotografias animadas. Na França, o Praxinoscópio atraía um grande público para o teatro Grévin. Nos Estados Unidos, Thomas Edison tentava impor o Kinetoscópio. Nenhum desses aparelhos obteve o sucesso do Cinematógrafo apresentado pelos irmãos Lumière (MASCARELLO, 2006).

Conforme Barcala (2012), o filme histórico é uma terminologia empregada a produções que tenham a História como temática central. Neste sentido é bom frisar que muitas produções cinematográficas precisam ser consideradas em seu contexto histórico-geográfico de produção, onde se destacam as ideologias, interesses e as relações de poder de uma época e o professor/a tem que estar atentos e atentas as interpretações críticas dessas produções, promovendo pontes entre as obras e os conceitos de sua área de atuação.

Nas perspectiva da utilização de películas fílmicas nas aulas de Geografia e História, sobretudo na educação básica, é possível o destaque de sua importância didático-pedagógica, uma vez que o cinema evoca a percepção dos sentido e transporta o sujeito para o ambiente retratado de maneira que a mensagem construída seja transmitida de forma direta possibilitando sensações, emoções e maior apreensão da atenção. Os filmes contribuem para a reconstrução de eventos, sejam eles históricos ou imaginários, promovem, neste caso em específico, uma releitura espaço-temporal através de seus signos e símbolos. Trabalhar pedagogicamente o enredo do conflito de Canudos, pode permitir que o estudante construa significados e significantes espaciais a partir da representação cinematográfica. Não há dúvidas em afirmar que o cinema se finca na contemporaneidade com importância ímpar na formação cultural e social dos estudantes, contribuindo em sobremaneira para o fazer pedagógico da Geografia Escolar e de outras áreas do conhecimento.

A Geografia Escolar pode buscar no cinema um caminho metodológico para o entendimento do que ocorreu no Arraial de Belo Monte, de forma a permitir ao professor e a professora, encontrar elementos geográficos do lugar como: a íntima relação com a terra, a topofilia⁵ nordestina com o sertão, os elementos da paisagem, que possibilitam através da película, retratar o ambiente natural com suas imagens e sons, a região destacada com seus elementos físicos e humano/culturais, o território enquanto palco de interesses, lutas e conflitos; e desenvolver pedagogicamente estes elementos de forma a contribuir para a dinamização de suas aulas.

Estas categorias geográficas se imbricam no cenário cinematográfico brasileiro a partir de películas fílmicas que retrataram o massacre do Arraial de Belo Monte (1897) ou de forma ampla a saga de Canudos, dos sertanejos do semiárido e também do Cangaço⁶, a exemplo de Deus e o Diabo na Terra do Sol / (Rio de Janeiro, 1964) e O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro / (1969, Rio de Janeiro) ambos dirigidos pelo cineasta Glauber Rocha; O Cangaceiro / (1953, Vera Cruz, S.P.), com direção de Lima Barreto e o filme Guerra de Canudos (1997) sob a direção Sérgio Rezende.

Acredita-se que tais reflexões trabalhadas com os estudantes, possibilitam as condições para a desconstrução da leitura equivocada dos conceitos que estão presentes nos livros didáticos sobre territórios contestados/ movimentos sociais presentes no imaginário social coletivo. Assim como das possibilidades de se formar as bases para um pensamento autônomo frente aos eventos espacialmente localizados na história, bem como de estabelecer uma leitura condizente com a realidade do movimento contestatório da Guerra de Canudos, no que se refere a compreensão da

⁵ Segundo Yfu Tuan (2012), topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, onde este assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidades diferentes.

⁶ Tavares (2013) ao se debruçar nos estudos das definições sobre o Cangaço, chegou a conclusão de que diante da complexa situação socioeconômica e sociocultural dos nordestinos da época, a melhor definição para o termo refere-se aquele desenvolvido pelos estudos de Frederico Pernambucano de Mello (2005, p. 89) onde formulou uma tipologia sobre o cangaço, subdividindo-o em três formas: o cangaço-meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço-refúgio, abrindo possibilidades de interpretações mais amplas para a eventual entrada do nordestino no movimento. Esta classificação, vem confrontar a definição de Chandler (1980, p. 15, apud TAVARES, 2013, p.16) quando este afirmou que cangaceiro e cangaço começaram aparentemente a ser usadas na década de 1830, ao relacionar à canga ou cangalho dos bois. Tavares (2013) ainda destaca que talvez o cangaceiro fosse assim chamado por carregar rifles nas costas como o boi carregava a sua canga, ele ainda destaca que nas ideias de Chandler (apud TAVARES, 2013, p.22) cangaço significou um grupo de homens armados a serviço de um fazendeiro, mas a partir de 1900, estes começaram a usar de autonomia em suas ações.

região enquanto sertão ou região semiárida do Brasil, para que haja a desmistificação deste espaço pela neutralidade política, sem conflitos, de forma a promover uma correta leitura enquanto território em disputa.

Tal discussão necessita de um fazer pedagógico que possibilite o entendimento da importância e da complexidade socioespacial da Região Nordeste em uma abordagem histórica, geográfica e crítica. Que vise o aprofundamento de questões conceituais relacionadas aos movimentos sociais contestatórios na Bahia e em especial no semiárido baiano. Um dos caminhos é analisar a concepção de território mediado pelas relações de poder presentes nas intencionalidades e no contexto educacional e imaginário social brasileiro o qual afirmamos ser moldado através da escola por um currículo tradicional, intencional – oculto, em algumas circunstâncias -, a serviço dos interesses de grupos de poder para legitimar suas ideias e ações.

Um dos caminhos metodológicos para o trabalho pedagógico são as exposições de películas fílmicas, que segundo Oliveira Jr. (1999) possibilita a relocalização das pessoas nos lugares e espaços narrativos, nos quais os personagens centrais ao longo da trama constroem em cada lugar onde está/passa um sentido distinto na narrativa, tornando-o um local narrativo, ou seja, onde ocorre algo importante no seu desenvolvimento, na mensagem a ser dada. Ainda segundo este autor, Os territórios cinematográficos são, via de regra, construídos pelos passos e olhares dos personagens. São eles que dão existência – em materialidades e sentidos – aos locais narrativos (OLIVEIRA JR., 1999).

BREVES CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Em breves considerações, afirmamos que filmes cinematográficos são um bom veículo para a discussão em sala de aula e que podem ser abordados tanto nas aulas de Geografia quanto de História. Traz-se como exemplo dentre os vários citados, o filme Guerra de Canudos (REZENDE, 1997), pois neste é possível verificar a presença da população nordestina na luta pela libertação contra a opressão social, além de retratar a vida sofrida dos sertanejos nos primeiros momentos do Brasil Republicano. A cultura religiosa é um fator muito importante na definição da cultura de Canudos e também presente no filme, além disso, o desejo de mudança social são também traços inseparáveis dessa mesma cultura. Além do mais, a obra cinematográfica em questão mostra também a luta da cultura popular por um território junto a cultura erudita que surge junto à nascente República. A liderança de Antonio Conselheiro congregou pessoas de diversas regiões que reuniram-se no povoado de Belo Monte, o qual se configurou mais que um espaço para morar, representou para seus moradores uma forma de resistência contra a fome, a opressão e as injustiças sociais que assolavam o espaço nordestino da época e que, salvaguardadas as devidas proporções, ainda continua em curso.

Trabalhando com esta obra nas aulas o professor terá a oportunidade de discutir com os estudantes as diversas visões que são construídas sobre uma cultura distinta, visando a desconstrução do etnocentrismo. Porém é latente a necessidade de as discussões serem aeradas por posicionamentos teóricos claros, como abordadas no início deste texto, através de conceitos – currículo, território, poder e sertão, que sejam contribuintes para análises ideológicas mais amplas em que pesem os reais sentidos de suas definições e que suscitem questionamentos críticos, conforme vimos apresentado pelo grandioso cineasta Glauber Rocha, ao colher dados lá pelos idos de 1950-60 a fim de produzir uma de suas obras,

E Deus criou o mundo, e o Diabo, o arame farpado; e Deus é o povo, e o Diabo é a usura. Pergunte o senhor a um cego de feira, que melhor canta para menos sofrer, e a viola responde feroz falando de uma guerra antiga que começou com a revolução dos anjos. E quem era Moreira César senão a desgraça do Governo, o Diabo da República, contra a Cidade Santa de Canudos? E quem era Delmiro Gouveia senão Deus contra as forças do Diabo na cachoeira de Paulo Afonso, comido no fogo dos latifundiários? E quem era o Pajeú, e quem era o Juca Villa-Nova, enriquecendo da

fé dos pobres? E de quem é o sol, a fome, o denso passado de Cocorobó e Monte Santo? (glauber rocha *apud* GERBER, 1982, p. 198).

Ante o exposto há o estímulo sobre o questionar de alguns aspectos: porque os autores dos livros didáticos, em geral, não abordam Canudos como um dos mais importantes movimentos de camponeses em luta pela posse da terra em resistência à opressão dos latifundiários? Eles deixam de tratar sobre a questão da terra, como um problema nacional, sobretudo da concentração fundiária que continua sendo um dos assuntos mais importantes da atualidade. Não se vê abordada a questão da seca e da fome que assolavam e ainda hoje assolam milhares de pessoas no Nordeste do Brasil, vítimas do descaso de políticas públicas e da consequente injustiça socioeconômica e socioespacial. Logo, conclui-se de forma ampla, que muito ainda precisa ser acrescentado na releitura da História oficial do Brasil para que o conhecimento histórico e geográfico se torne mais crítico e reflexivo, sobretudo na escola brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

ALVES, D. D. **O Movimento de Canudos no Ensino de História**, s/a. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/doralice_dias_alves.pdf>

Data de acesso: 21 out. 2014.

BARCALA, V. A. O cinema na sala de aula – a reconstrução do cotidiano. **Revista Biblioteca on line de Ciências da Comunicação**, 2012. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/barcala-valter-cinema-na-sala-de-aula.pdf>>.

Data de acesso: 20 out. 2014.

CASTRO, I. E. de. et. al. (org.). *Seca versus seca*. In: CASTRO, Iná Elias de. et. al. (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1996.

FREITAS, N. B. Desenvolvimento territorial e modernização industrial: uma leitura sobre o Sertão Brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, Norteamérica, 2, Feb. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3173>>. Fecha de acceso: 14 May. 2013.

GERBER, R. **O mito da civilização atlântica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

HAESBAERT, R., Da Desterritorialização e Multiterritorialidade. Rio de Janeiro. In: **Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** - ANPUR, v. 3, 2001.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil; meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato; (orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

MASCARELLO, F. **História do cinema mundial**. Papirus, 2006.

NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (orgs.). **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcadia, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, W. M. de. **O que seriam as geografias de cinema?** Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revista/txt\[leituras transdisciplinares de telas e textos.html\]](http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revista/txt[leituras%20transdisciplinares%20de%20telas%20e%20textos.html]). Acesso em: 30 jun. 2014.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TAVARES, E. R. **Cangaceiros e devotos**: religiosidades no movimento do cangaço (Nordeste brasileiro, 1900-1940), 2013, [Dissertação de Mestrado em Ciência e Religião] Universidade Católica de Pernambuco, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

FILMOGRAFIA

O Cangaceiro / (1953, Vera Cruz, S.P.) / Direção: Lima Barreto / História e adaptação: Lima Barreto / Diálogos: Rachel de Queiróz, sobre os originais de Lima Barreto / Fotografia: Chick Fowle / Edição: Hafenrichter / Cenografia: Caribé / Música: Gabriel Migliori / Produção: Vera Cruz / Elenco: Alberto Ruschel, Marisa Prado, Milton Ribeiro, Vanja Orico.

Deus e o Diabo na Terra do Sol / (Rio de Janeiro, 1964) / Dir. Rot. Glauber Rocha/ Rot. Glauber Rocha, Walter Lima Jr., Paulo Gil Soares/ Arg. Glauber Rocha/ Fot. Waldemar Lima/ Montagem: Rafael Justo Valverde/ Música: Villa Lobos, Glauber Rocha, Sérgio Ricardo/ Prod. Luís Augusto Mendes, Jarbas Barbosa, Glauber Rocha/ Prod. Copacabana Filmes/ Elenco: Geraldo Del Rey, Yoná Magalhães, Maurício do Valle, Othon Bastos.

O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro / (1969, Rio de Janeiro) / Dir. Rot. Arg. cenografia: Glauber Rocha / Fot. Affonso Beato / Câmara: Ricardo Stein / Montagem: Eduardo Scorel / Música: Marlos Nobre, Walter Queiróz, Sérgio Ricardo, temas populares do nordeste / Elenco: Maurício do Valle, Hugo Carvana, Odete Lara, Othon Bastos, Jofre Soares, Lorival Pariz, Mário Gusmão, Rosa Maria Penna, Vinicius Salvatori, Emanuel Cavalcanti, Sante Scaldaferrri, Conceição Senna, habitantes de Milagres e Amargosa.

Guerra de Canudos. Brasil - 1997 - Épico - Colorido - 165 minutos. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Mariza Leão e José. Elenco José Wilker, Paulo Betti, Cláudia Abreu, Marieta Severo e Selton Mello, habitantes de Juazeiro do vilarejo de Junco do Salitre/ Bahia.